

**abpi.empauta.com**

*Brasília, 14 de janeiro de 2026 às 07h57*

---

Seleção

---

# Sumário

## **Metrópoles Online**

Conrado se pronuncia sobre ação contra Globo e Renato Aragão ..... 3

## **Terra - Notícias**

Atlético perde ação contra Galo da Madrugada e bloco manterá marca ..... 5

## **Estadão.com.br - Últimas Notícias**

Dez anos da Lei da Biodiversidade: avanços e desafios ..... 6

## **Sebrae Notícias**

Sebrae apoia projeto com IA para simplificar registro de marcas e ampliar acesso dos pequenos neg... ..... 8

## Conrado se pronuncia sobre ação contra Globo e Renato Aragão



Em entrevista à coluna, Conrado afirmou que nunca negociou uso de imagem com a Globo

O cantor Conrado confirmou, em entrevista exclusiva à coluna, que ingressou com uma ação judicial envolvendo a Globo e a empresa RA Renato Aragão Produções Artísticas, responsável pela gestão da obra de Os Trapalhões.

O artista afirma não ter recebido qualquer valor referente a direitos de imagem e autorais pelas reprises do programa exibidas no canal Viva, atualmente chamado de Globoplay Novelas, nem pelas versões disponíveis no Globoplay.

Explicou vínculo

Segundo Conrado, durante o período em que integrou o elenco do humorístico, entre 1990 e 1994, seu vínculo profissional não era diretamente com a emissora, mas com a empresa de Renato Aragão. Ele explica que só tomou conhecimento dessa estrutura contratual anos depois.

"Eu não sabia disso. O contrato era da Renato Aragão emprestando o Conrado para a Rede Globo. Eu tive a oportunidade de ir para a Globo através de convites e tudo mais, mas acabei não indo para a Globo, fazendo o que eles queriam, novela na época, para ficar com Os Trapalhões, porque eu fui honesto com quem me colocou, que era o Renato", afirmou.

De acordo com o cantor, um levantamento realizado por seus advogados identificou cerca de 240 episódios de Os Trapalhões disponíveis atualmente no

Globoplay.

Ele estima aparecer em aproximadamente 80% desse material. A equipe jurídica analisou o tempo de exposição do artista em cada episódio, bem como as participações específicas, e incluiu essas informações no processo que discute **direitos autorais**.

3 imagens Fechar modal. 1 de 3 Conrado. Reprodução/Redes sociais. 2 de 3 Conrado. Reprodução/Redes sociais. 3 de 3 Conrado. Reprodução/Redes sociais.

Responsabilidade seria da produtora

Conrado afirma que, até o momento, não teve acesso a detalhes formais sobre a resposta da Globo na ação, mas acredita que a responsabilidade pelo pagamento não seria da emissora.

"Me parece que quem tem que pagar essa conta é a Renato Aragão, a empresa do Renato Aragão. Quem teria que ter negociado era quem o artista pertencia. Então, antes de colocar a reprise no ar, teria que ter negociado comigo, porque eu não tinha contrato com a Rede Globo, entendeu? Meu contrato era com a Renato Aragão", declarou.

O artista também disse que nunca foi procurado para discutir valores referentes ao uso de sua imagem, tanto no streaming quanto nas reprises exibidas no canal Viva. "Eu não recebi nada de **direito autoral**", afirmou.

Contato sem resposta

Ainda segundo Conrado, ele tentou buscar uma solução fora da Justiça e chegou a procurar Lilian, esposa de Renato Aragão, mas não obteve retorno.

"Esse processo foi aberto contra a Globo e contra a RA, que era a empresa do Renato Aragão", disse. Ele acrescentou que esgotou as tentativas de acordo antes de recorrer ao Judiciário.

"Como a Globo reprisa uma coisa que não tinha um acerto comigo? E se reprisou, por que a Renato Aragão não respondeu por isso? O artista é da Renato Aragão", desabafou, reforçando que não recebe valores de **direitos autorais** nem pelos

filmes nem pelo seriado.

Conrado pede na Justiça o pagamento de R\$ 100 mil em **direitos autorais**, referentes às reprises de Os Trapalhões exibidas entre 2017 e atualmente.

## Atlético perde ação contra Galo da Madrugada e bloco manterá marca



Justiça nega pedido do clube mineiro, cita distinção clara entre futebol e carnaval e reconhece histórico de duas décadas do bloco pernambucano

O departamento jurídico do Atlético sofreu uma derrota significativa nos tribunais em uma disputa que envolvia direitos de **propriedade intelectual** e duas das maiores paixões nacionais: futebol e carnaval. A 9ª Vara Federal do Rio de Janeiro julgou improcedente o pedido do clube mineiro para anular o registro da marca "Galo Folia", pertencente ao tradicionalíssimo bloco Galo da Madrugada, que arrasta multidões nas ruas do Recife.

A juíza Quêzia Silvia Reis, responsável pela decisão, fundamentou sua sentença na inexistência de concorrência desleal ou risco de confusão para o consumidor. A magistrada argumentou que, embora o termo "galo" identifique tanto a agremiação esportiva quanto a entidade carnavalesca, ambos atuam em nichos de mercado completamente distintos. Para a Justiça, o público consegue discernir claramente a diferença entre os produtos oferecidos, não havendo possibilidade de associação indevida

entre a equipe de futebol e o evento festivo.

A derrota do Atlético e a soberania do carnaval Na petição inicial, o Atlético sustentou a tese de que o uso da expressão "Galo Folia" pelo bloco pernambucano violaria seus direitos marcários e causaria prejuízos à identidade do clube. No entanto, a sentença refutou essa alegação ao destacar os momentos distintos de consumo. O texto da decisão enfatiza que, embora uma mesma pessoa possa gostar de ambos os entretenimentos, ela é abordada em contextos diferentes, o que torna "não crível" que um torcedor confunda o bloco com a marca de futebol.

Além da distinção de segmentos, a Justiça reconheceu a anterioridade e a consolidação histórica do Galo da Madrugada. O bloco pernambucano possui registros da marca há mais de duas décadas, o que reforça sua legitimidade no uso do nome para fins festivos. A juíza também afastou a aplicação da Lei Pelé ao caso, entendendo que a disputa não ocorre dentro do ambiente esportivo ou de competição direta.

Especialistas em **propriedade intelectual** corroboram a decisão. Em entrevista ao portal "ge", o advogado Gustavo Escobar explicou que o registro de uma marca não confere monopólio absoluto sobre uma palavra isolada. Deve se considerar apenas uma proteção contextualizada economicamente.

Por fim, após a decisão, nem o bloco nem o clube mineiro emitiram comunicados oficiais até o momento.

## Dez anos da Lei da Biodiversidade: avanços e desafios

Até 2015, o Brasil contava com um marco legal de acesso à biodiversidade e ao conhecimento tradicional associado que, embora pioneiro, não estimulava a utilização desse capital natural para o desenvolvimento de produtos, processos e serviços pela indústria nacional. A excessiva burocracia, somada à insegurança jurídica, afastava investimentos e desestimulava a pesquisa, gerando um ambiente regulatório hostil à inovação.

A edição da Lei Federal n.º 13.123/2015, conhecida como Novo Marco Legal da Biodiversidade, buscou mudar esse cenário. Seu objetivo foi substituir o modelo anterior e promover segurança jurídica, desburocratização e, consequentemente, inovação e desenvolvimento econômico, posicionando o Brasil como líder mundial na bioeconomia.

Passados dez anos, os números demonstram avanços importantes. Foram 83.974 pesquisas cadastradas no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen), 5.103 remessas registradas e 20.984 notificações de produtos desenvolvidos a partir do acesso à biodiversidade. Esses dados evidenciam que a lei criou condições para maior regularidade das pesquisas e ampliação do uso sustentável de **recursos genéticos** nacionais e dos conhecimentos tradicionais a eles associados.

Contudo, a implementação do marco legal ainda está aquém do desejado. Alguns pontos críticos merecem destaque:

1) Fundo Nacional de Repartição de Benefícios: criado para receber e distribuir os recursos decorrentes do acesso aos **recursos genéticos** e conhecimentos tradicionais, arrecadou até hoje apenas R\$ 11.721.296,53 - valor muito inferior ao potencial estimado. Esperava-se também o ingresso de recursos provenientes de outras fontes além da repartição de benefícios, o que não ocorreu. Uma das razões para tanto é possivelmente a ineficiência na destinação dos valores já arrecadados, que enfraquece o mecanismo e compromete sua credibilidade;

2) SisGen defasado: desde que entrou em operação, o sistema apresenta problemas técnicos recorrentes,

da instabilidade à ausência de campos de preenchimento essenciais. Atualizações prometidas há anos não foram integralmente implementadas, impedindo a regularização de atividades e impactando pesquisas e a repartição de benefícios;

3) Informação insuficiente aos usuários: empresas, instituições de pesquisa, comunidades tradicionais e outros interessados ainda têm dificuldade para obter informações claras e atualizadas sobre como cumprir a lei. Isso tem levado a interpretações divergentes, insegurança jurídica e erros involuntários que poderiam ser evitados;

4) Impossibilidade de regularização de empresas estrangeiras: a ausência de adaptação do SisGen impede que companhias estrangeiras cumpram as exigências brasileiras, deixando de repassar benefícios ao País e mantendo-se em situação de insegurança jurídica. Esse gargalo também gera desigualdade competitiva para a indústria nacional, que arca com obrigações legais enquanto concorrentes internacionais não conseguem se regularizar. O resultado é que o Brasil não captura o potencial econômico de sua biodiversidade.

5) Morosidade na análise de Acordos de Repartição de Benefícios (ARBs): somente 13 propostas foram aprovadas, enquanto 119 ainda aguardam análise, revelando um gargalo que compromete a segurança jurídica e o fluxo de investimentos.

6) Risco de revisão de atos e entendimentos consolidados: debates recentes indicam possíveis revisões interpretativas que, se concretizadas, criarão insegurança jurídica num setor que exige estabilidade normativa para inovar.

Esses fatores contribuem para que o Brasil ainda não aproveite todo o seu potencial de país mais megabiodiverso do mundo. Alguns indicadores ilustram essa realidade. Dos dez fitoterápicos mais vendidos no Brasil, por exemplo, nenhum utiliza espécies da biodiversidade brasileira. Já na lista de fitoterápicos ofertada pelo SUS (Rename), apenas quatro das doze espécies utilizadas são nativas.

Não se vislumbra, por ora, a necessidade de alteração legislativa, mas sim a implementação mais efetiva e consistente do marco regulatório já existente. Ajustes operacionais, maior capacidade institucional e comunicação clara aos usuários são

medidas fundamentais para que a Lei n.º 13.123/2015 cumpra plenamente seu papel de impulsionar inovação, garantir repartição justa de benefícios e assegurar a conservação da biodiversidade.

Em 2026, será realizada na Armênia a 17.ª Conferência das Partes (COP) da Convenção sobre a **Di-**

**versidade Biológica**, o mais importante fórum global dedicado à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade. O evento representará uma oportunidade estratégica para o Brasil apresentar-se como um ambiente favorável à promoção de negócios baseados no acesso à biodiversidade. Para tanto, a implementação adequada da Lei n.º 13.123/2015 é um passo fundamental.



## Sebrae apoia projeto com IA para simplificar registro de marcas e ampliar acesso dos pequenos negócios



Iniciativa financiada pelo Sebrae aposta em inteligência artificial para reduzir erros e agilizar análises no **INPI** Por Camila Vidal

O Sebrae é um dos parceiros estratégicos do projeto que utiliza inteligência artificial para tornar o registro de marcas mais simples, acessível e eficiente no Brasil. A iniciativa foi apresentada em dezembro, durante o evento online "Depósito de Marcas com IA", realizado pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, Sebrae e Universidade Federal de Goiás (UFG).

A solução é resultado de um acordo de parceria em Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PDI), firmado entre as três instituições, com investimento total de R\$1,65 milhão, integralmente aportado pelo Sebrae. O projeto teve início em 2025 e segue em desenvolvimento até 2027, com foco na melhoria da experiência do usuário e no fortalecimento do sistema de **propriedade industrial** no país.

De acordo com o analista de Inovação do Sebrae Nacional, Agnaldo Dantas, a iniciativa responde a uma demanda concreta dos pequenos negócios e das pessoas físicas, que representam a maior parte dos solicitantes de registro de marcas no Brasil.

Agnaldo Dantas, analista de Inovação do Sebrae Nacional

Para o diretor de Marcas, Desenhos Industriais e Indicações Geográficas do **INPI**, Alexandre Lopes Lourenço, a proposta do projeto é tornar o preenchimento do pedido de registro mais simples e orientado para o usuário. Segundo ele, a expectativa é

que as solicitações passem a ser apresentadas de forma mais precisa, elevando a qualidade técnica das análises e das decisões relacionadas às marcas.

O projeto prevê duas grandes entregas. A primeira, já concluída, é um módulo voltado aos examinadores do **INPI**, que utiliza IA para apoiar a análise e a checagem de marcas, contribuindo para maior agilidade e precisão no exame técnico. A segunda etapa, atualmente em implementação, é o formulário inteligente destinado aos usuários finais, que foi apresentado em versão de protótipo durante o evento.

Sede do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**, no Rio de Janeiro (RJ) | Foto: Divulgação.

Entre as funcionalidades do novo formulário estão o apoio da inteligência artificial na classificação de produtos e serviços, a análise prévia de possíveis impedimentos ao registro, a possibilidade de depósito da mesma marca em diferentes classes em um único envio e a emissão automática da Guia de Recolhimento da União (GRU) ao final do processo.

A ferramenta também realiza verificações sobre o uso do nome e de imagens associadas à marca, reduzindo erros no preenchimento dos pedidos. Segundo Agnaldo Dantas, a expectativa é que a solução gere ganhos tanto para os empreendedores quanto para o próprio sistema de análise do **INPI**.

Agnaldo Dantas, analista de Inovação do Sebrae Nacional

A apresentação pública do protótipo marcou a primeira escuta estruturada dos usuários, com o objetivo de coletar sugestões e ajustes antes da implementação final da ferramenta.



# Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais .....	1,2
Marco regulatório   INPI .....	6
Pirataria   Biopirataria .....	4,5
Propriedade Industrial .....	6
Propriedade Intelectual .....	3